INTERESSADO: Antônio Tadeu Rodrigues Cordeiro e

Vicente Marcelino Mascaro

ASSUNTO : Pedido de equivalência de estudos realizados em curso
de aprendizagem de Escola SENAI

RELATOR : Consº João Baptista Salles da Silva

PARECER N° 9 2 0 / 7 5 , CPG, Aprov. 26 / fevereiro / 75

Com.ao Pleno

e m 0 2 / 0 4 / 7 5

(Procs. CEE n°s. 3832/74 e

4040/74

I - RELATÓRIO1 - HISTÓRICO

1.1 Antônio Tadeu Rodrigues Cordeiro e Vicente Marcelino Mascaro, tendo concluído o curso de aprendizagem industrial na Centro de Formação Profissional de São Paulo, em regime de acordo PETROBRÁS - SENAI, em Cubatão, solicita pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguir-los no ensino regular de 2º grau.

1.2 É seguinte o histórico escolar dos requerentes :

1.2.1 curso primário, com a duração mínima de 4 (quatro) séries, nos estabelecimentos de ensino que mencionam em seus requerimentos;

1.2.2 curso de Aprendizagem Industrial, com a duração de 4 (quatro) "graus", no Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional de São Paulo, em Cubatão, em regime de Acordo PETROBRÁS - SENAI, onde estudaram: Língua Portuguesa, Desenho, Matemática, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Estudos Sociais (incluindo Geografia do Brasil o História do Brasil), Ciências Físicas e Biológicas, Educação Física e Prática Profissional.

1.2.3 Em 14/11/1973, receberam Certificado de Conclusão de Curso.

1.3 A documentação escolar está em ordem o atende às exigências da Resolução CEE n° 19/65.

PROCESSO CEE N° 3 8 3 2 / 7 4 / 4 0 4 0 / 7 4 PARECER CEE-N° 9 2 0 / 7 5

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal n° 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal n° 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma, legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal n° 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-n° 14/75, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 42 série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-n° 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

2.5 Os cursos de aprendizagem que funcionaram no Centro de Formação o Aperfeiçoamento Profissional de São Paulo, em Cubatão, sob regime de Acôrdo PETROBRÁS - SENAI, são regidos pelo mesmo Regimento e Planos de Curso do SENAI.

2.6 O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.7 Os requerentes realizaram curso de aprendizagem com a duração de quatro "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de quatro "termos", ou ainda, do quatro "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo único do Artigo 12, Deliberação CEE - nº 14/73, isto é, 720 horas (2880 : 4 séries - 720 horas/aula, por série).

2.8 O elenco de materias do currículo do curso que os interessados realizaram e equivalente ao previsto pela Resolução CFE-nº 8/71.

2.9 Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por Antônio Tadeu Rodrigues Cordeiro e Vicente Marcelino Mascaro no curso de aprendizagem ministrado no Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional de São Paulo, em Cubatão, em regime de acordo PETROBRÁS - SENAI, como equivalentes aos cumpridos na 8ª série, podendo, portanto, autorizar-se seus matrículas na 1ª série do ensino do 2º grau.

Sem prejuízo para a continuidade de seus estudos os interessados deverão submeter-se a exames especiais de Geografia Geral e História Geral, em nível de 1º grau.

São Paulo, 26 de fevereiro de 1975

a) Consº. João Baptista Salles da Silva -Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer por deliberação aprovada na sessão hoje realizada a conclusão do Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os Nobres Conselheiros: Eloysio Rodrigues da Silva, Henrique Gamba, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada L. Monteiro, Maria de Lourdes M. Haidar e Therezinha Fram

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 1975.

a) Cons. Maria de Lourdes Mariotto Haidar.
Presidente